

- 2) Para a comissão de fiscalização do Instituto de Seguros de Portugal, com produção de efeitos a partir de 19 de Dezembro de 2004:

Engenheiro Álvaro Pinto Correia, que presidirá.  
Dr. Manuel de Lima Dias Martins.  
Dr. José Rodrigues de Jesus, revisor oficial de contas.

10 de Dezembro de 2004. — O Secretário de Estado do Tesouro das Finanças, *Luís Miguel Gubert Morais Leitão*.

### Secretaria-Geral

**Despacho (extracto) n.º 231/2005 (2.ª série).** — Por despachos de 29 de Outubro e de 10 de Dezembro de 2004, respectivamente, do secretário-geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública e do vogal do conselho de administração da região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, este último no uso de competência delegada:

Branca Mafalda Bell Paes de Moura Rodrigues, assistente administrativa principal do quadro do pessoal do Centro Hospitalar de Lisboa (Zona Central), posicionada no escalão 1, índice 222 — transferida para idêntico lugar do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, ficando exonerada do lugar de origem, com efeitos reportados a 1 de Dezembro de 2004. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Dezembro de 2004. — O Secretário-Geral, *João I. Simões de Almeida*.

### Direcção-Geral dos Impostos

**Aviso (extracto) n.º 91/2005 (2.ª série).** — Por despacho da sub-directora-geral de 22 de Dezembro de 2004, por delegação de competências do director-geral:

Maria Helena Silva Fernandes Quental, assistente administrativa na situação de licença sem vencimento de longa duração — regressa ao quadro, ficando colocada nos Serviços Centrais, com efeitos a 1 de Janeiro de 2005. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

22 de Dezembro de 2004. — A Chefe de Divisão, *Ángela Santos*.

**Aviso (extracto) n.º 92/2005 (2.ª série).** — Por despacho da sub-directora-geral de 21 de Dezembro de 2004, por delegação de competências do director-geral:

Luís Cláudio dos Santos Ribeiro — nomeado, precedendo aprovação em concurso, na categoria de técnico superior de 1.ª classe da carreira técnica superior da área de avaliação da propriedade para fins fiscais do quadro da Direcção-Geral dos Impostos, com efeitos à data do despacho, ficando colocado nos Serviços Centrais. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

22 de Dezembro de 2004. — A Chefe de Divisão, *Ángela Santos*.

**Aviso (extracto) n.º 93/2005 (2.ª série).** — Por despacho da sub-directora-geral de 21 de Dezembro de 2004, por delegação de competências do director-geral, são nomeados na categoria de inspector tributário assessor principal, grau 7, da Inspeção Tributária, do GAT, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, os candidatos aprovados no concurso interno de acesso limitado, aberto por aviso divulgado em 11 de Novembro de 2003, mantendo-se colocados nos quadros de contigência que actualmente ocupam:

- 1.º José Teotónio Duarte Marques.
- 2.º Maria da Piedade Gonçalves dos Santos Vaz.
- 3.º José Carlos Henriques da Silva.
- 4.º Alexandrina Gouveia Pimentel.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

22 de Dezembro de 2004. — A Chefe de Divisão, *Ángela Santos*.

### Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros

**Despacho (extracto) n.º 232/2005 (2.ª série).** — Por despacho do director-geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros de 20 de Dezembro de 2004:

Licenciado José Manuel Azevedo Morujão e Oliveira — renovada a comissão de serviço, com efeitos a 20 de Fevereiro de 2005, no

cargo de chefe da Divisão de Segurança Informática da DGITA, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Dezembro de 2004. — Por delegação do Director-Geral, a Directora de Serviços, em regime de substituição, *Maria de Fátima Braz*.

### Direcção-Geral do Património

**Despacho n.º 233/2005 (2.ª série).** — De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia, a que se reportam os n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 2.º da mesma lei, deve ser efectuado de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo adequadas ao cargo a exercer.

Cumpridos os procedimentos de selecção determinados no n.º 1 do artigo 21.º da aludida lei, para o provimento do cargo de director de serviços de Cadastro e Inventário da Direcção-Geral do Património, foram apresentadas quatro candidaturas, sendo que, de acordo com o disposto no n.º 2 do mesmo artigo, a escolha deverá recair no candidato que, em sede de apreciação de candidaturas, melhor corresponda ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço.

Analisadas as candidaturas apresentadas, verifica-se que a candidata Maria de Fátima Gomes Marques reúne os requisitos legais e possui vasta experiência e formação relacionadas com as actividades a desenvolver, designadamente experiência em cargos de direcção superior e intermédia na área do cargo a prover, cabalmente comprovada pela nota curricular anexa, correspondendo, assim, ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos constantes dos artigos 4.º e 5.º do Decreto Regulamentar n.º 44/80, de 30 de Agosto, e do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 518/79, de 28 de Dezembro.

Nestes termos:

Nomeio, em comissão de serviço, para exercer o cargo de director de serviços de Cadastro e Inventário da Direcção-Geral do Património a licenciada Maria de Fátima Gomes Marques, assessora principal do quadro da Direcção-Geral do Património.

23 de Dezembro de 2004. — O Director-Geral, *Francisco Maria Ramalho*.

### Nota curricular

Nome — Maria de Fátima Gomes Marques.  
Morada — Rua de Miguel Torga, 16, 5.º, C, 2745-820 Massamá.  
Estado civil — solteira.

Data de nascimento — 4 de Outubro de 1952.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Engenharia Geográfica pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, em 1978;

Mestrado em Gestão Industrial/Sistemas de Informação, parte lectiva, no INDEG/ISCTE, em 1993.

Funções:

Coordenação dos trabalhos de inventariação do património imobiliário na Direcção-Geral do Património (DGP), Direcção de Serviços de Cadastro e Inventário (de 1999 a 2002 e de 2003 até à presente data);

Formadora em CIBE — Cadastro e Inventário dos Bens do Estado em diversas instituições estatais e privadas;

Membro da Comissão Executiva de Normalização Contabilística da Administração Pública (CNCAP), em representação da Direcção-Geral do Património (2001);

Participação, como representante da DGP, no concurso público internacional para adjudicação, em regime de concessão, da exploração do serviço de transporte ferroviário suburbano de passageiros no eixo norte-sul da região de Lisboa e no grupo de trabalho criado para analisar as diversas propostas de aquisição, pelos ministérios, de património imobiliário emblemático edificado na zona da Expo 98 (de 1998 a 1999);

Chefia da Área Património da Direcção Financeira do Metropolitan de Lisboa, E. P., por convite da administração e anuência da tutela (de 1995 a 1998);

Coordenação da divulgação dos cadernos de encargos e programas dos concursos públicos de fornecimento de produtos a integrar nos acordos de desconto e estatísticas comunitárias na DGP, Direcção de Serviços de Aprovisionamento Público (de 1993 a 1995);

Coordenação dos trabalhos de concepção do sistema de informações/inventário de bens móveis corpóreos do Estado; par-

ticipação num grupo de trabalho que teve como objectivo o estudo referente à estrutura, conteúdo e valorização do património não financeiro do Estado — domínio público e privado; participação no projecto de alteração do Decreto-Lei n.º 477/80, de 15 de Outubro, na DGP, Direcção de Serviços de Cadastro e Inventário (de 1983 a 1993);

Análise e gestão do parque de veículos do Estado, análise do sistema de inventariação do parque de veículos do Estado e elaboração de estatísticas diversas na DGP, Direcção de Serviços de Gestão de Veículos do Estado (de 1982 a 1983);

Participação na cooperação bilateral com países do Leste e países da América Latina; participou, como representante do Ministro das Finanças e do Plano, em várias Comissões Mistas — Luso-Jugoslava, Luso-Norueguesa e Luso-Polaca (de 1978 a 1982) —, no Gabinete para a Cooperação Económica Externa;

Quadro geral de adidos (de 1974 a 1978);

Chefia dos serviços do Laboratório Electrónico de Tratamento de Dados da Universidade de Luanda (de 1971 a 1974).

#### Cargos:

Directora de serviços de Cadastro e Inventário (de 2003 até à presente data);

Subdirectora-geral do Património (de 2002 a 2003);

Directora de serviços da Direcção-Geral do Património (de 1999 a 2002);

Chefe de divisão da Área Património da Direcção Financeira do Metropolitano de Lisboa, E. P. (1995);

Chefe de divisão da Direcção-Geral do Património do Estado/MF (1985);

Técnica superior da Direcção-Geral do Património do Estado/MF (1982);

Técnica superior do Gabinete para a Cooperação Económica Externa/MF (1978);

Programadora da Universidade de Luanda/ME (1973).

### Direcção-Geral do Tesouro

**Despacho (extracto) n.º 234/2005 (2.ª série).** — Pelo despacho n.º 7044/2003, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 85, de 10 de Abril de 2003, a licenciada Luísa Maria das Neves Ribeiro Pereira de Almeida foi reclassificada em lugar de especialista de informática do grau 1, nível 1, escalão 2, índice 460, do quadro de pessoal desta Direcção-Geral.

Face ao disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, rectifica-se a reclassificação da referida funcionária para especialista do grau 1, nível 2, escalão 1, índice 480, com efeitos a partir de 10 de Abril de 2003.

15 de Dezembro de 2004. — A Directora-Geral, *Maria dos Anjos Nunes Capote*.

## MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

### Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna

**Despacho n.º 235/2005 (2.ª série).** — No uso da faculdade que me foi conferida pelo despacho n.º 22 978/2004, de 21 de Setembro, do Ministro da Administração Interna, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 264, de 10 de Novembro de 2004, e nos termos dos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego no presidente do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil (SNBPC), licenciado Manuel João Morais Ribeiro, com a faculdade de subdelegar, restrita ao respectivo substituto legal, os poderes necessários para a prática dos seguintes actos:

1 — Em matérias de gestão de recursos humanos e de gestão financeira:

- Conceder licenças sem vencimento por um ano e a sua renovação e licenças sem vencimento de longa duração, nos termos dos artigos 76.º a 78.º e do artigo 82.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, alterado pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, do Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio, e do Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio, bem como autorizar o regresso à actividade;
- Autorizar a prestação de trabalho, nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 27.º e do n.º 5 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;

- Autorizar deslocações ao estrangeiro, nas condições legalmente permitidas;
- Autorizar a nomeação, a promoção e a transferência do pessoal, nos termos da lei aplicável e dentro dos limites previstos na respectiva dotação orçamental;
- Rescindir os contratos, bem como exonerar de funções, a requerimento dos interessados;
- Autorizar o exercício de funções em regime de meio tempo pelo pessoal, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;
- Autorizar a admissão de pessoal necessário aos respectivos quadros;
- Autorizar a inscrição e participação de funcionários em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes, quando decorram no estrangeiro, dando conhecimento prévio ao meu Gabinete das respectivas propostas;
- Autorizar despesas com empreitadas de obras públicas, aquisição e locação, sob qualquer regime, de bens e serviços, até ao montante de € 300 000, nos termos das disposições legais aplicáveis;
- Autorizar o processamento de despesas resultantes de danos produzidos por viaturas ao serviço do SNBPC, até ao limite de € 5000.

2 — Subdelego, ainda, a competência para a ratificação casuística de actos praticados por subordinados, no âmbito das alíneas do n.º 1 do presente despacho.

3 — Sem prejuízo dos poderes de tutela que me foram conferidos pela delegação de competências acima referida, o exercício dos poderes ora subdelegados previstos no número anterior e, bem assim, o exercício dos poderes da competência própria dos dirigentes, tal como definidos na lei, ficam condicionados às orientações gerais aprovadas ou que venham a ser aprovadas pelo Governo em matéria de contenção de despesas, incluindo as de pessoal, orientações previstas, designadamente, na Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 2 de Maio, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 115, de 18 de Maio de 2002.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da respectiva assinatura.

13 de Dezembro de 2004. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, *António Paulo Martins Pereira Coelho*.

**Despacho n.º 236/2005 (2.ª série).** — 1 — Ao abrigo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para o cargo de chefe do meu Gabinete o Doutor Luís Filipe Requicha Ferreira, professor associado da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 17 de Dezembro de 2004.

17 de Dezembro de 2004. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, *António Paulo Martins Pereira Coelho*.

**Despacho n.º 237/2005 (2.ª série).** — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 6.º conjugado com o n.º 1 do artigo 2.º, ambos do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho:

António Jorge Nunes Portas — exonerado, a seu pedido, das funções de chefe do meu gabinete, com efeitos a partir da data do presente despacho, por ter sido nomeado para o exercício de outras funções.

17 de Dezembro de 2004. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, *António Paulo Martins Pereira Coelho*.

**Despacho n.º 238/2005 (2.ª série).** — 1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, delego no chefe do meu Gabinete, Prof. Doutor Luís Filipe Requicha Ferreira, a competência para os seguintes actos:

- Autorizar deslocações do pessoal do Gabinete em território nacional ou no estrangeiro, bem como a emissão das correspondentes requisições de transportes, incluindo o transporte por via aérea ou a utilização de viatura própria e o subsequente processamento das respectivas ajudas de custo;
- Autorizar a inscrição e participação do pessoal afecto ao Gabinete em estágios, congressos, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que decorram em território nacional ou no estrangeiro;
- Autorizar a requisição do passaporte especial a favor de individualidades que tenham de se deslocar ao estrangeiro por